



## APRESENTAÇÃO

É com enorme satisfação que a Biblioteca Virtual Cebrap traz a público a digitalização da série de publicações derivadas da Pesquisa Nacional sobre Reprodução Humana (PNRH), realizada no Cebrap entre 1976 e 1979 — segundo Elza Salvatori Berquó, a primeira pesquisa realizada no Centro.

A PNRH resultou em uma série de oito volumes, publicados entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980, cada qual com quase uma dezena de artigos. Todos os artigos da pesquisa acabam de ser disponibilizados no site da Biblioteca Virtual Cebrap: <http://cebrap.org.br/bv/>. Dentre os autores, destacam-se ilustres nomes das ciências sociais brasileiras, como Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Fernando Henrique Cardoso, Juarez Rubens Brandão Lopes, Lenir José, Maria Andréa Rios Loyola, Neide Patarra, Octavio Ianni, Bolívar Lamounier, Maria Teresa Sales de Melo Suarez, Vilmar Faria e Vinícius Caldeira Brant.

Nesta edição, a *Novos Estudos — Cebrap*, junto com a Biblioteca Virtual, publica depoimento inédito de Maria da Conceição Quinteiro, “Quim”, coordenadora de campo da PNRH, feito exclusivamente para essa divulgação. No depoimento, Quim nos brinda com um relato saborosíssimo do trabalho de campo da pesquisa, compartilhando conosco um pouco das ansiedades, inseguranças, disputas, alegrias e prazeres do exercício da pesquisa de campo no Brasil do final da década de 1970, ainda sob o período ditatorial.

A Biblioteca Virtual Cebrap é um projeto realizado no âmbito da Lei Rouanet (Pronac 140350), tendo obtido autorização para captação no início de 2014. O primeiro apoio obtido foi do Itaú-Unibanco, em meados de 2014, o que permitiu à Biblioteca Virtual reestruturar o seu site, disponibilizar o acervo bibliográfico do Cebrap com um mecanismo de busca específico e gravar e editar os seminários Cebrap do ciclo 2014-2015. No momento, a Biblioteca Virtual busca apoio para organizar e digitalizar o seu acervo documental. Interessados podem entrar em contato pelo e-mail: [cebrap.comunicacao@gmail.com](mailto:cebrap.comunicacao@gmail.com).

Boa leitura!

---

ALEXANDRE ABDAL E MARIA CAROLINA VASCONCELOS-OLIVEIRA  
Coordenadores da Biblioteca Virtual Cebrap

# A PESQUISA NACIONAL SOBRE REPRODUÇÃO HUMANA (PNRH)<sup>1</sup>

## Brazilian Human Reproductive Research

A Pesquisa Nacional de Reprodução Humana (PNRH) estabeleceu um novo paradigma no campo dos estudos populacionais. Até então, a grande maioria das pesquisas conduzidas na América Latina centrava a análise em um plano de tipo diferencial socioeconômico-cultural e na “dicotomia tradicional-moderno” como mola mestra para explicar os diferenciais encontrados nos níveis de fecundidade nas diversas regiões consideradas, sem um vínculo teórico entre os achados e o contexto histórico-estrutural em que os atores desempenhavam os seus papéis.

O planejamento da pesquisa resultou de um esforço teórico-crítico na busca de tipologias das regiões brasileiras e que incluísse duas dimensões: as formas dominantes da organização da produção em cada região e as formas de inserção de cada região na divisão social do trabalho, durante o processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, foram construídas tipologias das áreas rurais e do meio urbano. Resultaram trinta tipos de áreas: catorze rurais e dezesseis urbanas. Um estudo mais minucioso conseguiu reduzir a nove as áreas escolhidas para a pesquisa. Os modos de produção foram classificados em: capitalista-monopolista (CM), capitalista-concorrencial (CC), produção simples de mercadorias urbano (PSMU), produção simples de mercadorias rural (PSMR), servidão rural (SR). A inserção no processo de desenvolvimento foi classificada em: concentração (C), dispersão (D) e intersticial (I). Cruzando essas duas dimensões, chegou-se às nove áreas: São José dos Campos-SP (CMC); Recife-PE (CCC); Santa Cruz do Sul-RS — urbano e rural (PSMCUR); Sertãozinho-SP (CCD); Cachoeiro de Itapemirim-ES (CCI); Parnaíba-PI — urbano e rural (PSMIUR); e Conceição do Araguaia-PA (SR).

Tomada a área como unidade de análise, o estudo macroestrutural visou o conhecimento de sua história econômica e social, da dinâmica demográfica de sua população e da função que as diversas instituições (religiosas, de saúde e de educação) pudessem ter nos processos de decisão relativos à reprodução humana.

ELZA SALVATORI BERQUÓ<sup>2</sup>

[1] Texto baseado na apresentação da pesquisa. Disponível em: [http://cebrap.org.br/bv/arquivos/A\\_Pesquisa\\_Nacional\\_Sobre\\_Reproducao\\_Humana.pdf](http://cebrap.org.br/bv/arquivos/A_Pesquisa_Nacional_Sobre_Reproducao_Humana.pdf).

[2] Coordenadora do Núcleo de População e Políticas Públicas, Cebrap ([popu@cebrap.org.br](mailto:popu@cebrap.org.br)), professora emérita da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) e fundadora do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, da Universidade Estadual de Campinas (Nepo/Unicamp).

## **SOBRE IMPRESSÕES E VIVÊNCIAS DURANTE OS TRABALHOS DE CAMPO REALIZADOS PELA PESQUISA NACIONAL SOBRE REPRODUÇÃO HUMANA**

**CEBRAP, 1976-1979**

MARIA DA CONCEIÇÃO QUINTEIRO

Antes de entrar nas minhas impressões e vivências, quero ressaltar as qualidades dessa pesquisa. Primeiramente, a ousadia e o destemor do Cebrap em abordar a população brasileira sob tantas facetas das suas vidas, do seu dia a dia, do trabalho, do ir e vir por este mundão de meu Deus, das amizades, do casamento, do comportamento reprodutivo etc., desvendados sem pudor, apesar dos olhos e ouvidos atentos dos senhores que mandavam no Brasil. Imaginem essa irreverência em pleno período da ditadura militar! Sem pedir permissão, contamos só com a nossa criatividade, arregaçando as mangas e enfrentando as adversidades com o nosso saber fazer e com a nossa vontade de desbravar esta terra. Era tocar a onça com vara curta. E eu me sentia, ao participar desses trabalhos, cheia de brio. Corajosamente colaborei em atizar muitas onças. E muitas foram atizadas. Com esse ânimo, compartilhado com a dra. Elza Berquó, a coordenadora geral da PNRH, conseguimos levar a cabo a realização da pesquisa. Na sequência dessas reminiscências mostrarei o que quero dizer.

Secundariamente, mas não menos importante, quero me referir ao instrumento para coletar esse dia a dia da população, o questionário que englobava vários módulos. Esse questionário tão bem elaborado, sem falhas metodológicas, com uma perfeita lógica interna, no qual era impossível haver fraudes ou esquecimentos na aplicação das suas questões. Quaisquer falhas eram detectadas e prontamente corrigidas, in loco ou na checagem final, no Cebrap.

Foram escolhidos nove pontos, entre áreas rurais e urbanas: Santa Cruz do Sul (RS), São José dos Campos (SP), Sertãozinho (SP), Cachoeiro de Itapemirim (ES), Recife (PE), Parnaíba (PI) e Conceição do Araguaia (PA), cada qual com maneiras próprias de organizar a produção, seu ganha-pão de cada dia, e cada qual com modos de viver, modos de se relacionar com outrem e com as instituições, bem como suas crenças e suas sociabilidades.

A PNRH contemplou duas fases no trabalho de campo. Porém, previamente a elas, já havia sido realizada a etapa de estudos teóricos — demográficos, sociológicos, antropológicos, econômicos e metodológicos. Muitos seminários foram realizados com os coordenadores de cada área, o que envolveu toda a equipe do Cebrap, e também os seus colaboradores. Foi uma fase pré-campo altamente produtiva, decorrente de muita reflexão e estudos. A PNRH, além de ter sido um marco de pesquisa do ponto de vista metodológico e teórico, agregou parte dos maiores pesquisadores e estudiosos brasileiros e de muitos estudantes e recém-formados. Foi uma experiência jamais tida no universo da pesquisa antropológica, demográfica, econômica, sociológica e de saúde pública na história brasileira.

Não vou discorrer nestas reminiscências sobre todos os pontos pesquisados, nem separar as etapas do campo — a qualitativa, anterior à realização do *survey*, e a quantitativa propriamente. Na qualitativa, o primeiro contato, buscamos apoio da população local, abordamos os agentes institucionais (das instituições religiosas, de saúde, das escolas, dos locais de trabalho, das pessoas em geral) através de entrevistas qualitativas. A hipótese geral era que as instituições fariam a mediação importante no comportamento reprodutivo da população, sendo a definição de comportamento reprodutivo, em rápidas pinceladas, segundo o filósofo José Arthur Giannotti, “o conjunto de comportamentos de indivíduo, em idade fértil, que visam ou não um certo número socializado de filhos de o a n”.

A fase quantitativa consistiu na aplicação dos questionários, que obedeceu, sempre que possível, a uma amostra estatística domiciliar, ou a ajustes, na ausência de dados sobre os domicílios. Nessa fase também foram consideradas informações corrigidas e atualizadas na fase anterior. Por exemplo, o censo agropecuário de Parnaíba acusava alta proporção de arrendatários de terras (pagamento em dinheiro pelo aluguel da terra). Porém, na fase qualitativa, os entrevistados disseram-nos que a renda era em espécie e tratava-se de uma forma de “parceria”, de “a meias”, cujo produto servia de pagamento ao proprietário, e que não circulava entre as partes moeda alguma. Denominavam-se “rendeiros”, o que foi traduzido por arrendatários. Também em Parnaíba, eu e Maria Andréa Loyola, em poucos dias de entrevistas, já conhecíamos as intrigas entre os grupos familiares/políticos. Um dos lados, donos do hotel, afetado pela nossa “deslealdade”, passou a nos ter como *personae non gratae*. Nossos quartos não arrumados e o café da manhã mal e porcamamente servido apontavam para a porta da rua. Aceleramos o ritmo do trabalho e quase “a toque de caixa” deixamos Parnaíba. Com sua gente simples, tão acolhedora.

São José dos Campos, dado o seu pujante crescimento econômico, tornou-se palco de imensos contingentes de imigrantes,

sobretudo das cidades contíguas de Minas Gerais, fenômeno esse concomitante ao surgimento de inúmeras igrejas neopentecostais, concorrência séria ao catolicismo. Havia uma paróquia cujo padre era um dos mais cotados na preferência dos jovens. Lá fui eu tentar uma entrevista. Como abordá-lo, para saber a sua opinião sobre o que os casais deveriam fazer para retardar a vinda dos filhos? Somente através da confissão. Confessei-me, na sacristia, sentados em cadeiras. Menti. Foi a primeira mentira. Aconselhou-me que, se não era para ter filhos, para que casar, se poderíamos nos satisfazer sem o sacramento? Depreendi que o conselho foi a masturbação. A segunda mentira, em prol da pesquisa, foi a entrada num bordel, na Vila Industrial, para entrevistar as prostitutas e saber como “evitavam” o nascimento de filhos. Apresentei-me a d. Tina, a cafetina, como pesquisadora da saúde. Pulei o muro, porque na noite anterior tinha havido uma briga e o portão estava em via de conserto. Lá passei algumas horas até a chegada dos primeiros fregueses, segundo as moças, os sempre pontuais trabalhadores japoneses das empresas japonesas. Na praça da igreja matriz, encontrava-me com algumas daquelas moças, que carregavam a expectativa de casar, ter um lar, filhos e serem felizes para sempre. Nunca mais soube delas. Esta é a perversidade desse tipo de pesquisa: nos faz íntimas das pessoas entrevistadas e, depois, adeus.

Em Recife, após a entrevista com um médico cheio de cargos, rodeado por filhos e esposa, o mesmo ofereceu-se para me levar até um local mais movimentado, já que era tarde da noite e ele morava num lugar de difícil acesso a qualquer transporte. Na garagem, em linguagem vulgar, declinou a sua intenção, que era o “ou dá ou desce”. E eu, literalmente, desci.

Gostaria de mencionar que, em Cachoeiro de Itapemirim, tive a ajuda graciosa de jovens estudantes na coleta de estatísticas vitais nos cartórios, pois não havia essas informações publicadas. Foram estimulados pelo tio de um deles, professor no colégio estadual, que sabia da importância do Cebap naqueles anos de chumbo. Estudantes e eu lá íamos diariamente aos cartórios, onde também contamos com a ajuda dos funcionários.

Vou me ater, a partir de agora, apenas a duas localidades, não por serem as mais importantes no escopo da pesquisa, mas por serem aquelas em que o trabalho de campo requereu ações estratégicas. Quero dizer que a realização do campo só foi possível graças àquele destemor e àquela coragem já mencionados. Não só de minha parte, mas, também e principalmente, da equipe com quem conseguimos dar conta da aplicação dos questionários.

As áreas que elejo são os municípios de Sertãozinho (SP) e Conceição do Araguaia (PA), pois a realização da pesquisa nessas duas



áreas dependeu, muito mais do que nas outras, da criatividade e da ousadia que nos embalou.

Em Sertãozinho, área envolvida por canaviais, os pequenos produtores rurais cederam suas terras, a maioria em arrendamento, para as usinas de açúcar e álcool. Portanto, a população residente na área rural praticamente inexistia. A amostra teria de contemplar os trabalhadores rurais, “boias-frias”. Moradores nas periferias dos municípios contíguos a Sertãozinho e em povoados como Cruz das Posses. Como localizar os domicílios desses trabalhadores para efeito da amostra, muitos deles vivendo em domicílios temporários, e outros, por vezes, em alojamentos dos “empreiteiros” ou “gatos”, ou, ainda, como moradores nas usinas? Portanto, a maneira que nos permitiu obter listas de endereços dos “boias-frias” foi através de um “gato”, o sr. Osvaldo, que concordou, mediante remuneração, em cooperar com a PNRH e, junto aos seus colegas de ofício, conseguir outras tantas listas de endereços. A essas listagens foram acrescentadas as famílias que ainda residiam nas usinas, nas antigas colônias. E, assim, foi possível à dra. Elza Berquó fazer a amostra para a aplicação dos questionários.

Montei o escritório no meu quarto, no primeiro andar de um hotel na praça Quinze de Novembro, em Ribeirão Preto, onde a equipe recebia e entregava os questionários já preenchidos para o *check-in*. Desse hotel, eu partia para o campo junto com os entrevistadores, em uma Kombi alugada do vizinho de uma das participantes da pesquisa.

Para entrar nas usinas e entrevistar as famílias residentes, precisávamos de uma autorização, e, exatamente da usina com maior número de famílias remanescentes das antigas colônias, a autorização seria exarada no departamento de segurança da empresa, cujo chefe era um general do Exército que estivera em Marabá (PA), na época da Guerrilha do Araguaia.

Estive várias vezes na usina mostrando-lhe os questionários, explicando-lhe os objetivos de cada questão. Quando voltei pela segunda vez para a mesma tarefa, combinei com a equipe, composta basicamente por alunos de psicologia e de biologia da USP de Ribeirão Preto, equipe altamente responsável, sem medo e com vontade de fazer o melhor, que eles “dariam um jeito” de entrar na usina e em todas as suas colônias, onde aplicariam os questionários da maneira mais sorrateira possível. E assim foi feito. O general me chamou mais uma vez na usina e na última, a quarta, me disse que seria para finalizar as dúvidas. O encontro aconteceria em seu apartamento de alto luxo, em Ribeirão Preto, à noite. Quando subi ao seu apartamento, a equipe toda estava me esperando no Bavária, um bar na praça Quinze de Novembro, com o endereço dele. Caso eu demorasse, eles iriam até lá. O general não fechou a porta, alegando que era para que eu não pensasse mal dele. Ri por dentro. Mais uma vez, dirimi-lhe as dúvidas de sempre. E assim,

percebendo que não havia “mais nada a declarar”, levantei-me para sair enquanto recusava um drinque, pois tinha muito trabalho no escritório. Dei-lhe boa noite e corri para o bar.

Ele, o general, não sabia que a equipe já havia terminado todo o *survey* naquela usina. Comemoramos a vitória como se fosse uma derrota da ditadura. Dias depois, ao telefonar-lhe, conforme o combinado, para saber quando poderíamos entrar na usina, ouvi de sua secretária que estava proibida a entrada “desses elementos”.

A mesma equipe, um tempo depois, com menos rapazes, apenas dois, e vinte mulheres, eu inclusa, rumou em um ônibus fretado para Conceição do Araguaia. Éramos 22, nove caixas de papelão com o material da pesquisa, uma caixa de soro antiofídico, guarda-chuvas, capas de chuva, botas para andar no mato, colchonetes de espuma e algumas redes. Orientei a equipe a só beber água nas casas que tivessem filtro, moringa ou bilha de barro, e a não responder às possíveis provocações por parte de quem quer que fosse; quaisquer problemas, dúvidas etc. seria eu, enquanto coordenadora do trabalho de campo, que deveria dar alguma resposta ou solução.

Todos os arranjos da viagem foram providenciados por mim. Até uma carta da Associação dos Empresários da Amazônia, cujo presidente, João Carlos Meireles, era amigo do falecido governador Franco Montoro, foi conseguida graças a uma amiga. Também João Yunes, médico amigo da dra. Elza, assessor do ministro da Saúde, deu-me uma carta de apresentação, referente à parte da saúde da pesquisa. O contato com a Igreja Católica já havia sido feito, na fase qualitativa da pesquisa, pelo prof. Cândido Procópio Ferreira de Camargo, pesquisador e presidente do Cebrap e amigo de d. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo.

Na fase qualitativa, que antecedeu a minha ida com a equipe, Octavio Ianni, Neide Patarra e eu fizemos as primeiras incursões, contando com a nossa própria força. Nesse périplo inicial, encontramos pesquisadores do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais, junto com um casal de pesquisadores americanos, Marianne e Charles Wood, em uma van da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) com motorista e facilidades institucionais, o que nos deixou com uma “baita” inveja.

Nessa fase, Neide e eu conseguimos ir a duas fazendas de gado às margens do Araguaia, graças à esposa do gerente de uma delas. Assim que soubemos quem ela era, o sentido de oportunidade aflorou imediatamente e nos oferecemos para levá-la; em troca, faríamos algumas entrevistas com os trabalhadores. Assim fizemos. Alugamos uma “voadeira” e lá fomos nós, maravilhadas com a mata, com o rio, com as praias ao longo das margens próprias da estação da seca. Fizemos



várias entrevistas; Neide conversava com o administrador e eu, longe dos ouvidos dele, conversava com alguns empregados. Entendi, pelos poucos relatos, que a beleza do lugar encerrava modos de tratamento nada civilizados. Essas pessoas eram praticamente reféns do administrador e de seus “chefes” por causa da enorme dívida que tinham no “barracão” da fazenda. Essa relação de trabalho, nos dias de hoje, seria configurada como servidão ou uma nova forma de trabalho escravo. No regresso para Conceição, o distrito sede, um “peão” ferido estava pedindo socorro na beira do rio. Pedimos que o “piloto” da voadeira parasse para o recolher. Ele se negou, alegando que os “peões” eram traiçoeiros, que o ferido iria afundar a “voadeira” etc. Finalmente, conseguimos levá-lo. Ele desmatava a mata e o “empreiteiro”, o “gato”, não o socorrera quando um galho atingiu sua cabeça. Tinha decidido fugir para procurar ajuda. Aliás, o tratamento dispensado aos peões, geralmente nordestinos aliciados pelo gato, era desumano, sem nenhuma atenção em caso de doença ou ferimentos. Os gatos, e outros do mesmo tipo, como os grileiros, difundiam pelos lugarejos que “índio e peão eram a desgraça, podiam morrer”. Muitos eram queimados vivos ao final do desmate, ou deixavam de receber o combinado, devido ao tamanho da dívida contraída no “barracão”. Trabalho escravo.

Um dia fui entrevistar um pastor que me convidou a ir a sua casa. O pastor, seus filhos jovens e a mulher sentados em torno de uma mesa e eu. Antes de iniciar a entrevista, apresentei-me, falei do que se tratava etc. Perguntaram-me se era casada, respondi-lhes que era solteira. O pastor levantou e, em tom indecifrável, expulsou-me do seu sacrossanto lar. Sem entender o motivo de tal ira, saí rapidinho. Solteira era a designação das prostitutas, do “bola”, a área da prostituição.

Voltando à fase do *survey*, eu e a equipe chegamos a Conceição do Araguaia depois de dois dias dentro de um ônibus. Os motoristas não queriam atravessar o rio. Nessa época das chuvas, o rio estava na sua largura máxima, uns trezentos a quatrocentos metros, e havia uma balsa precária de madeira. Atravessamos depois de muita conversa. Ficamos alojados no Centro Social Coração de Jesus, da Igreja Católica, que nos deu apoio e noticiou na rádio local, de propriedade dos dominicanos, a nossa presença e que nos dirigíamos para várias localidades. Pedia que as famílias nos acolhessem sem receio, pois não éramos policiais, nem peões, nem guerrilheiros, nem grileiros. E que iríamos fazer um trabalho de pesquisa com perguntas que poderiam, no futuro, trazer melhorias para o país e para todos. Nós também acreditávamos nisso.

Para o nosso deslocamento, aluguei um caminhão, improvisamos uma cobertura de lona para proteger o material da pesquisa, os sacos de arroz, feijão, frutas, café, pão etc. E lá fomos nós vivenciar uma realidade tão oposta à que tínhamos em São Paulo. A coordenadora do Centro Social e mais dois rapazes nos acompanharam nessa viagem.

Se a população nos acolhia bem, havia a desconfiança dos fora da lei, dos grileiros, dos, digamos, poderosos do local. Fui falar com o médico-chave, poderoso, bem relacionado com os “homens”, e, ao explicar-lhe o objetivo da pesquisa, dei ênfase ao módulo das doenças que acometem as crianças etc. Mostrei-lhe a carta do João Yunes. Deu-me os nomes de como as muitas doenças eram conhecidas por lá, por exemplo, “fuxico no estambo” (queimação no estômago). De repente, como quem não quer nada, perguntou-me qual era a ligação do Cebrap com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tida como inimiga da ditadura, e por que a Igreja Católica estava nos dando apoio, e se concordávamos com Xambioá (que, junto com São Geraldo do Araguaia e Marabá, foi palco da Guerrilha do Araguaia). Fiz cara de não ter entendido nada, inventei histórias, amarradas com o espírito cívico do Ministério da Saúde, pois queria ajudar a acabar com a malária etc. Ele fez de conta que engoliu e eu, de conta que acreditei. Depois desse contato, percebi que deveria acelerar ao máximo a realização da pesquisa. Dividi a equipe, uns por terra, outros pelo rio. Terminamos o *survey* na área próxima ao distrito sede e, no dia seguinte, muito cedo, subimos na carroceria do caminhão e seguimos para tentar obedecer à amostra estabelecida e às orientações amostrais da dra. Elza Berquó.

Só paramos no primeiro povoado, em frente à casa de uma família, conhecida do pessoal da igreja. Descarregamos os sacos de mantimentos, pois o nosso almoço seria preparado nessa casa. Quando regressamos para almoçar, vimos que havia uma fila composta pelos moradores do lugar. Toda a vizinhança almoçou também. Não podíamos comer e ver tantas crianças e adultos a nos olharem. E, assim, todas as nossas refeições foram compartilhadas com a vizinhança durante a nossa jornada de pesquisa. Esse compartilhamento nos dava prazer e reforçava o espírito de solidariedade.

Adotei “tática de guerrilha”, saíamos de madrugada e, chegando a um outro povoado, repetíamos o ritual anterior de pararmos na casa de uma família com alimentação para todos. Trabalhávamos todos na aplicação dos questionários, dormíamos no caminhão, numa igreja ou no quintal de alguma casa. Pela madrugada partíamos. À noite, contemplávamos o firmamento, tão profundo, tão escuro feito breu, com tantos milhões de estrelas cintilando, poderosas. Que visão, meu Deus! Paradisiaca. Estaria lá o Éden e não no Novo Mundo do passado?

Comprava mais arroz, mais feijão, frutas. Carnes de caça, peixe etc., o que encontrávamos pelos povoados e pela estrada.

No povoado de Entroncamento do Xingu, havia um mandachuva, um grileiro chamado Chapéu de Couro, rústico, violento, machão. Dizia-se o dono do lugar: “Tudo tem que passar por mim”. Embaixo de um pé de árvore, em um bar improvisado com bebidas e algum petis-

co, deixei duas das pesquisadoras para entrevistá-lo, aplicar-lhe todos os módulos, inventar questões, fazê-lo falar das suas proezas, pois ele gostava de enaltecer os seus feitos de valentão. Enquanto era entretido, todos nós da equipe realizamos o *survey* nos domicílios do entorno.

Uma curiosidade local: vimos um tipo de habitação ao longo dessa estrada, casas com rodinhas de madeira para serem levadas para onde fosse possível. Eram, na verdade, um cômodo com porta e rodas, onde viviam famílias.

Almoçamos na família/vizinhança que nos acolheu e rumamos para a próxima localidade. Ainda presenciemos um tiroteio, com um morto, e os assassinos retornando ao bar e continuando a jogar bilhar. E aqueles que testemunharam o crime “não viram nada”, assim como nós.

Próximo dali encontramos quatro gerações de senhoras, uma idosa, outra de meia-idade, uma jovem e uma criança, iam a pé, para fazer uma visita a um familiar. Ofereci-lhes carona, mas elas já haviam chegado. Perguntei-lhes a que tribo pertenciam, eram índias. A jovem respondeu: “Nós *samos* da nação xavante”. Fiquei emocionada. O sentimento de pertencer existia ainda, apesar do galopante desmatamento e da crescente invasão do gado nas fazendas, subsidiada pela Sudam. Findavam os modos tradicionais de produção, os pequenos proprietários, todos posseiros, sem a titulação, expulsos da terra e a cultura dessas populações sendo desvalorizada, assim como o seu modo de vida. Nesse processo, a população indígena foi a mais atingida e discriminada pelos forasteiros. E nós, eu e a equipe, tivemos a fortuna de ainda conviver com a mata, com o rio cheio de peixes, de água límpida e azul, com essas pessoas simples, cheias de profunda sabedoria, tanto os moradores dos lugarejos como os entrevistados. Fomos testemunhas desse encontro de culturas.

E tínhamos a rádio dos dominicanos, que nos anunciava para as localidades: “Atenção. Eles não são policiais, não são peões, não são guerrilheiros, nem grileiros”. Isso nos dava segurança suficiente para enfrentar os dissabores desses dias. Eu morria de medo de que alguém da equipe ficasse doente, que tivesse alguma alergia forte provocada pelas picadas dos maruins, dos formigões ou piuns, insetos insanos que picavam ferozmente. Que pegassem malária ou fossem picados por alguma cobra. Se isso acontecesse, morreríamos sem o soro, pois na caixa que peguei no Instituto Butantan, descobri, em meio ao trabalho, que deveria ser conservada em geladeira. Gelei ao ler as instruções, mas não me desfiz da caixa, ela era uma segurança emocional para a equipe.

Tinha entrado na mata, uns três quilômetros até o lugarejo onde havia algumas choupanas, em que fiz algumas entrevistas. O silêncio da mata foi o que mais me sensibilizou, depois do céu feito breu das nossas noites.

A recomendação de beber água só de moringas de barro foi levada à risca por mim. Nesse povoado, longe da estrada, “morta de sede”, ao entrar numa choupana vi uma moringa, pedi um copo d’água. Era uma lata de óleo com asa. A sede era tanta que, quando vi no fundo da lata dois bichos brancos, simplesmente tive o cuidado de não bebê-los. No regresso à estrada, as crianças que me guiavam disseram que ali andava uma onça, que aparecia mais ou menos naquela hora. E o que fazer? As crianças, sem medo: nada, só tem que gritar muito forte, ela se assusta e vai embora. Assim, me senti sem medo. Bastava gritar forte. Será?

Aprendi realmente que nós, seres humanos, somos altamente adaptáveis às circunstâncias que vivemos. Os bichinhos na lata? Ora, era só deixá-los em paz. Fazíamos quase sempre nossa higiene atrás de uma moita ou do caminhão, ou debaixo de um pé de pau, e aproveitávamos a água da chuva torrencial que caía todas as tardes. Chuva bem-vinda! Apostávamos corrida com as nuvens. Corre Zé (o motorista), vamos chegar primeiro lá adiante. Nas travessias de um povoado a outro, ficar na carroceria era mais ameno, apesar de menos confortável do que na cabine. Na carroceria, para nos distrairmos, fazíamos um tipo de teatro. Dois, três, até quatro, líamos cada qual uma linha de algum almanaque, revista, livro, jornal etc. Fazíamos um diálogo completamente sem sentido, o que nos fazia rir muito. E relaxávamos e nos sentíamos bem, felizes por compartilhar daquele momento singelo.

No retorno para o distrito sede, Conceição do Araguaia, todos com muita sede, avistamos um bar na entrada do lugarejo. O caminhão parou, descemos quase todos para beber água, quando nos deparamos com uma multidão de homens que também fazia paragem nesse local, depois de muito tempo na mata, no desmatamento. Sem pestanejar, de cima da carroceria, comecei a dar ordens para que a equipe retornasse ao caminhão. Esses homens, pobres peões, já haviam tirado alguns pacotes do nosso material. Pensavam que ali era o nosso ponto final. Pensavam que éramos as moças do “bola”, abençoada aparição! Era comum os gatos, de vez em quando, darem folga aos peões e os levarem para onde houvesse prostituição. Outras vezes, levavam algumas mulheres (talvez aliciadas no Nordeste, vítimas do tráfico de pessoas) para a mata. Ficamos, por algum tempo, os pacotes com o nosso trabalho tão suado, nós e eles, em silêncio. Eles nunca podiam imaginar uma situação tão insólita: um caminhão carregado de mulheres que lhes chegasse de repente e que uma mulher, aos berros, desse ordens e fosse obedecida. Só podia ser coisa do demo! Ninguém ousou arredar pé, nem nós nem eles. Tivemos medo. Silêncio. Lembrei-me naquele momento crucial de que me disseram, em Gurupi, na ida para Conceição, que havia nesse lugar o sr. Luís, morador havia muitos anos. E que, caso tivéssemos problemas por aquelas plagas, que o chamássemos. Pedi a um menino que fosse chamá-lo. Foi a nossa sorte. Só quando

o sr. Luís chegou é que os círculos se desfizeram. Eles e nós voltamos para o que iríamos fazer no início. Matamos a sede com um refrigerante cor de uva, embalado em um saco plástico, chamado Jesus-Cola. Como saboreamos esse refrigerio! Ufa!!!

No distrito sede, arrumamos os nossos pertences, pois voltaríamos à rodovia Belém-Brasília e lá tentaríamos pegar um ônibus para retornar a São Paulo. O motorista que nos acompanhou nessa epopeia foi pago antes de nos deixar na rodovia. Desapareceu. Arrumei outro, por um preço bem salgado. Na Belém-Brasília, depois que a equipe conseguiu pegar o ônibus, sobraram os pacotes, eu e mais uma moça da equipe. Às onze da noite, conseguimos ir para Brasília. Depois de lá, para São Paulo. Ela ficou em Ribeirão Preto e eu segui para o Cebrap, na cidade de São Paulo.

Este é apenas um relato pessoal, sem maiores detalhes, sem adentrar nas circunstâncias, para mostrar um pouco, antes tarde que nunca, da nossa garra, amor, criatividade que fizeram nos envolver de corpo e alma na PNRH.

Agradeço à dra. Elza Berquó por acreditar e confiar em mim.

À equipe maravilhosa com que trabalhei em Sertãozinho e em Conceição do Araguaia, e especialmente a Regina Célia Otero, o meu profundo agradecimento.

---

MARIA DA CONCEIÇÃO QUINTEIRO é socióloga e pesquisadora associada do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho, Portugal.

---

Recebido para publicação  
em 20 de janeiro de 2016.

---

Aprovado para publicação  
em 3 de fevereiro de 2016.

---

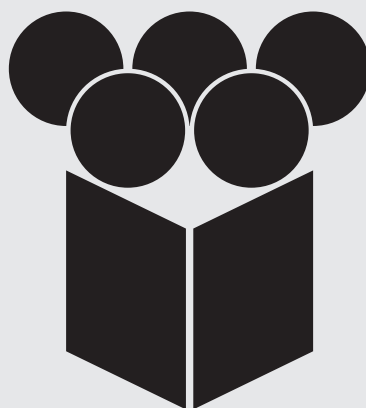
**NOVOS ESTUDOS**

**CEBRAP**

104, março 2016

---

pp. 79-90



**LIVROS PARA TODOS**

*Fundação Carlos Chagas*

Um projeto que busca incentivar o hábito da leitura, criando espaços de difusão de cultura em bibliotecas comunitárias por meio de atividades educacionais e da doação de livros.

Saiba mais sobre esta iniciativa.

Acesse [www.livrosparatodos.org.br](http://www.livrosparatodos.org.br)